



Mulheres na Política: Irrompendo num «mundo de Homens»

Por [SARA ALMEIDA](#), 2 abr 2017 6:02

A participação da mulher na política em Cabo Verde está a aumentar, mas de uma forma tão lenta que, por este andar, só daqui a várias décadas se conseguirá a almejada paridade. O número de deputadas, principal indicador a ter em conta nessa avaliação, assim o demonstra. A política ainda é um mundo de homens e a própria imagem que se tem vindo a passar da mesma torna-a pouco atractiva. A isto juntam-se ainda, entre outros



impedimentos, o papel social que é atribuído às mulheres e que lhes assoberba o tempo. Falamos com duas mulheres “políticas”, de diferentes gerações e alinhamentos, e que aqui contam a história que aí as levou e analisam a participação no feminino.

Quando Filomena Delgado, presidente da Associação das Mulheres Democratas, “entrou” na política, os tempos eram outros e a participação da mulher neste sector da vida pública ainda mais rara.

“No período do Partido Único havia poucas mulheres, porque a participação também era muito condicionada. Não havia mulheres no governo. Entretanto com a abertura política, o número de mulheres também não foi muito elevado”. Havia apenas uma mulher no executivo e três deputadas (3,8%). “Depois lá foi aumentando, mas lentamente”.



Devagar, devagarinho: em 1995, 12,5% dos assentos parlamentares eram ocupados por mulheres, em 2001 havia 8 deputadas para 72 lugares (11,1%) e 4 ministras; em 2006, 11 deputadas (15,3%) e 7 ministras; em 2011, 15 deputadas (20,8%) e 8 ministras, sendo que em 2015 o elenco governamental já contemplava 11 ministras para 20 pastas. Neste momento, temos 17 mulheres no parlamento (23,6), uma pequena melhoria. Mas, em contrapartida, apenas três ministras num governo de 12.

O número no executivo, contudo, “nunca foi o melhor indicador da participação da mulher na política, porque quem constitui o elenco governamental é o Primeiro-ministro”, observa Filomena Delgado, apontando que “por isso é que mesmo a nível internacional o indicador não é o número de mulheres no governo, mas no parlamento”.

Outros indicadores importantes são os lugares ocupados a nível de poder local. Também aqui há avanços e recuos. A percentagem de vereadoras e deputadas municipais aumentou, havendo agora 29 vereadoras (e 109 vereadores); num universo de 22 concelhos, há 3 presidentes de Assembleias municipais, sendo que é a nível dos deputados que se encontra a melhor situação de paridade: em 320 lugares, 94 são ocupados por mulheres. Entretanto, não há nenhuma mulher a ocupar o cargo de Presidente da Câmara.

Governo local

Ao longo da história das Autárquicas em Cabo Verde, houve apenas três mulheres que conseguiram ser presidentes de Câmaras Municipais, curiosamente, apenas no Barlavento: Isaura Gomes (São Vicente); Vera Almeida (Paul) e Rosa Rocha (Porto Novo).

Hoje, sem mulher alguma à frente de destinos municipais, poder-se-à dizer que houve um retrocesso, mas de qualquer forma, “nunca se avançou muito a esse nível”.

“As eleições para as Câmaras Municipais são muito personalizadas, e isso, se calhar, pode inibir um pouco as mulheres”, analisa Filomena Delgado.

Nas eleições mais recentes, aliás, o MpD teve apenas um pré-candidata, que desistiu. Já pelo PAICV concorreram algumas mulheres, entretanto derrotadas.

Carla Carvalho foi uma das candidatas. Concorreu à Presidência da Câmara de São Miguel e perdeu, mas não baixa os braços. Paridade é um desígnio e preocupa-a o cenário actual e reflexos no futuro.

“Como será daqui a quatro anos? Tem de ser um trabalho feito agora, senão teremos em 2020 o mesmo cenário. Todos esses homens, Presidentes das Câmaras Municipais, não vão dar lugar a outros candidatos. Não estou a ver grandes mexidas para as mulheres se



posicionarem. Terão de aparecer mais mulheres da parte da oposição para se candidatarem”, vaticina Carla Carvalho.

Filomena ...

Voltando à história de Filomena Delgado. A abertura política, em 91, foi encontrá-la no Liceu Domingos Ramos onde era professora. Foi convidada pelo então ministro da Educação, Manuel Faustino, para o cargo de inspectora-geral do Ensino.

“Na altura hesitei, estava habituada à minha vida como professora, mas acabei por aceitar”, recorda. No decorrer do tempo, desempenhou vários outros cargos dentro do Ministério, foi Directora-geral do ensino, depois Secretária de Estado e, por um curto período, foi Ministra da Educação.

“Entretanto, na altura em que era Directora-geral fui convidada para a lista de candidatos a deputados pelo MpD, para as eleições de 95”. Entrou como suplente, mas com a saída de outros deputados, chamados para outros cargos, acabou por “ir ao parlamento”.

Filomena não era ainda, àquela data, militante do partido, algo que só veio a acontecer já no final do governo do MpD, em 2000. Quando o MpD perdeu as eleições, em 2001, o então presidente do partido renunciou e no interregno entre a sua saída e a Convenção do partido, Filomena – que entretanto entrara na direcção nacional dos democratas - assumiu a presidência do mesmo. Foi ainda Secretária-Executiva do MpD e, depois, vice-presidente.

Em 2008,era deputada nacional, mas uma nova fase começa. Com a vitória nas autárquicas, para a Câmara da Praia, Filomena Delgado, que encabeçava a lista do MpD para a Assembleia Municipal, tornou-se a Presidente deste órgão, cargo que exerceu durante dois mandatos.

Foi pioneira, mas quando olha para trás, considera que toco o seu percurso na política foi uma evolução natural. Uma sucessão de funções e convites que acabaram por a levar também ao envolvimento partidário e, numa linha contínua, a desempenhar vários cargos dentro da área.

...e Carla



Também Carla Carvalho começou o seu percurso na política devido a um convite. Como conta, em 2012, o então candidato pelo PAICV à Câmara Municipal de São Miguel, Salomão Furtado, convidou-a para integrar a sua lista. A ideia era que ela, enquanto quadro de São Miguel (Carla é docente da UNI-CV), desde sempre envolvida em Associações da Sociedade Civil, pudesse dar o seu contributo ao concelho. Durante o processo, o convite redireccionou-se.

“Convidou-me para encabeçar a lista para a Assembleia Municipal. Aceitei.”, recorda. Era a primeira vez que uma mulher encabeçava essa lista em São Miguel. Na altura, Carla concorreu como independente.

Não ganharam, mas o bichinho estava instalado e desde então a jovem nunca mais abandonou a política local. “Fui eleita Deputada municipal, continuei a trabalhar, e foi então que integrei as fileiras do PAICV”, revela.

Chegados a 2016, havia já alguns pré-candidatos para as eleições autárquicas, que acabaram por recuar após as legislativas de 20 de Março. Era preciso um candidato para São Miguel. Carla pensou: “o partido precisa de mim, coragem não me falta, vamos lá!” E avançou. Não venceu, mas “foi uma experiência gratificante”, garante.

Um mundo de homens

Carla não venceu. Na realidade, nenhuma mulher (candidata ao executivo local ou nacional) venceu em 2016. Estará Cabo Verde preparado para a efectiva participação da mulher na política? Estará preparado para ver mulheres assumirem os cargos cimeiros das decisões?

“Já tivemos mulheres presidentes de câmaras... por isso, a certo nível está. Mas penso que não totalmente. Eu ouvi, por exemplo, nas últimas eleições legislativas, pessoas que não viam bem a candidatura da Dra. Janira [H. Almada, presidente do PAICV]. Ou seja, já há alguma aceitação mas terá de se trabalhar para que esta seja maior”, comenta Filomena Delgado.

Nos embates eleitorais, além das conjunturas políticas, a variável “ser mulher”, deve ser analisada, considera Carla Carvalho, pois mesmo as próprias mulheres rejeitam outras no poder. Ela própria sentiu isso na pele durante a campanha. “Não o dizem na cara, mas comentam. Mesmo as mulheres jovens dizem que governar é coisa de homem”. E essa questão de género, acredita, também terá tido peso nas legislativas. “Eu acredito que o facto de Janira H. Almada ser mulher acabou por influenciar o resultado, sim”.



Numa perspectiva política mais geral, “a mulher é ainda vista como uma pessoa que não deve entrar em certas disputas”. “É vista como uma figura ornamental, bonitinha, e depois é empurrada” para fora da vida política activa.

Na própria elaboração das listas, principalmente a nível legislativo continua a haver resistência à entrada das mulheres. Carla Carvalho recorda que, quando se elaboraram as listas para as legislativas, havia todo um discurso para que estas fosse “zebra” (homem-mulher, alternando). “Mas não foi isso que aconteceu”. Primeiro, havia muito poucas mulheres interessadas e, segundo, as que havia, não foram colocadas nos lugares principais.

Embora o seu partido seja dirigido por uma mulher, Carla considera que “As lutas que estão pelos lugares cimeiros no parlamento, e outros, do partido, são lutas masculinas e a mulher acaba por não ter força, nem apoio para lá chegar”.

Mas como referido, o desinteresse das mulheres das próprias mulheres é também um entrave à paridade. “Eu falei com tantas mulheres. Tantas disseram não”, comenta a deputada municipal que na sua lista tinha cerca de 30% lugares ocupados por mulheres tanto para a Assembleia Municipal como para a Câmara. “Não é muito”.

Então o que leva as mulheres a esse afastamento da política?

Factores vários. Como “o medo de exposição, de falar em público, do que as pessoas possam dizer”, indica Filomena Delgado e isto prende-se, no seu entender, “com a forma como durante muito tempo as campanhas foram feitas” e que, de facto, afastou as mulheres (e inclusive alguns homens).

“Mas, mesmo agora, que há muitas mulheres a quererem” entrar na política, “há alguma dificuldade porque os próprios homens dizem que as mulheres não querem. Dão essa desculpa pelas mulheres”.

A análise de Carla Carvalho corrobora a visão de Filomena. Há “uma certa uma ideia de que a política é, não diria suja, mas que existem jogos sujos”, aponta.

Além disso, há de facto “muita pressão, é um jogo de homens”. Um jogo que as mulheres querem, devem, têm o direito de jogar.

Mudar a mulher (e o homem)

O que é um governante? Alguém que conduz um país. E uma governanta? Alguém que administra uma casa...

Quando Filomena Delgado encetou, então, a sua jornada na vida política vivia um conjunto de circunstâncias, na sua vida particular, que facilitavam esse envolvimento.



Em primeiro lugar, de viver com a mãe, que a ajudava em casa, facilitou esse envolvimento. Libertou-a da, por assim dizer, “parte doméstica”. Além disso, as suas duas filhas, na altura, já eram crescidas, “estavam no secundário”.

No caso de Filomena, ficavam assim ultrapassados dois dos maiores entraves à participação da mulher na política: tomar conta da casa e tomar conta dos filhos, principalmente quando são pequenos.

“Põe-se sempre essa questão da conciliação”.

Dizem que não têm tempo – “porque de facto dedicam muito tempo a cuidar de crianças, idosos, doentes, e a outros trabalhos domésticos. “

Os “tempos modernos viram a mulher sair de casa, mas o homem não entrou”, exemplifica, usando uma frase conhecida. Precisa-se então de um equilíbrio. E investimentos, nomeadamente em creches, que dêem tempo livre à mulher “para se poder dedicar também à política”.

Assim, ao longo dos tempos, houve sempre, comenta ainda Filomena Delgado, uma certa “desculpa” principalmente por parte dos homens que estão nos partidos políticos de “dizerem que as mulheres não estavam interessadas, não tinham tempo, têm medo...” e, de facto, considera a veterana, “quando se fala com as próprias mulheres, vê-se isso”.

Este é um aspecto igualmente levantado por Carla. Da parte da mulher, há o medo de não corresponder ao papel de cuidadora da família, uma vez que, por exemplo, “não há hora de voltar para casa”. E há também o medo de manchar a imagem devido à exposição pública e à já referida visão da política como um cenário de jogos baixos.

São barreiras impostas e auto-impostas. “Acaba-se por viver um duplo papel: ao mesmo tempo que se quer participar, há várias barreiras”, aponta Carla Carvalho.

Por outro lado, assistimos a mulheres já em lugares de liderança nos sindicatos, universidades e outras entidades da sociedade. A política parece ser, de facto, uma das áreas mais díspares. Sobre esta questão, argumenta Carla Carvalho: “é a nível da participação política partidária, que se tem, de facto, poder para decidir. Nas outras instâncias você influencia a decisão, mas, aí, você decide. E esse poder de decisão coube aos homens durante muito tempo. Então encontra-se muito mais resistência nesse campo”.

Mudar a Política

“Quando uma mulher entra na política, muda a mulher, quando muitas mulheres entram na política, muda a política”. A frase emblemática de



Michelle Bachelet, antiga presidente do Chile, resume bem a questão da participação feminina na política.

É aqui lembrada por Filomena Delgado, quando questionada sobre o modo de funcionamento pouco sensível as necessidades das mulheres (principalmente das mães) das instâncias políticas. Isso é sentido, por exemplo, a nível de horários de trabalho, das sessões, das reuniões ao fim-de-semana. É-o ainda na ausência por exemplo de estruturas para apoio ao cuidado de crianças e amamentação, algo que certamente “levará o seu tempo”.

Mas “o facto de estarem cada vez mais mulheres presentes vai mudar o modo de fazer política, o modo de funcionar”. Enquanto as mulheres forem uma pequena percentagem, tem de se adaptar a esse mundo masculino, mas se forem mais terão também condições de fazer valer a sua condição”, aponta.

A título mundial há contestações a esse funcionamento. Recorde-se por exemplo, as deputadas Unnur Konradstóttir, da Islândia, e Victoria Donda, da Argentina, que amamentaram as suas filhas durante as sessões parlamentares. Ou a eurodeputada italiana Licia Ronzulli que em 2010 levou a filha para uma sessão plenária reivindicando mais direitos para as mulheres e para as mães.

No entanto, Filomena Delgado, embora reconhecendo que a maternidade, por exemplo, pode condicionar a mulher profissionalmente e também no envolvimento político, sublinha que “isso não poderá explicar o facto de termos poucas mulheres”.

Mudar esse mundo masculino por forma a torná-lo mais conciliatório entre as diferentes facetas da mulher, é algo que, considera também Carla Carvalho, “vai levar o seu tempo”.

“Temos que incentivar mais mulheres a entrarem na política. Quanto maior o números, quantas mais lá estivermos, mais condições temos para impor essa visão [de equidade de género].

“O que eu vejo no interior de Santiago, a nível de participação associativa, é mulheres muito fortes, com garra, e fico a pensar, se estas mulheres entrassem na política, exigissem um lugar nas listas, iriam fazer a diferença”, exemplifica a jovem.

Mudar a política não é pois só mudar o seu funcionamento formal, mas toda uma linha de políticas e mentalidades.

E na realidade, os dados e análises de organizações internacionais como a ONU Mulher, e outras, mostram que a participação (efectiva) das mulheres na política traz leis que



contemplam as experiências e necessidades femininas e, de uma forma geral, verificam-se maior e melhores reformas em termos dos direitos humanos em geral.

Mecanismos

Aos poucos vão havendo avanços em termos da presença da Mulher na política. Mas se o ritmo se mantiver, serão necessárias várias décadas para que a paridade seja de facto atingida. Assim, terão de ser trabalhados mecanismos para aumentar essa participação política.

Alguns já foram inclusive implementados, mas ainda sem os resultados desejados. Por exemplo, os partidos reservam já uma percentagem de lugares para as mulheres na composição das suas listas. Mas essas mulheres, muitas vezes acabam por não estar sequer em lugares elegíveis.

As mulheres são incluídas nas listas “para ficar bonito na fotografia”, como se costuma dizer, acusa Carla Carvalho.

Mas pela positiva, aponta Filomena Delgado, há “uma maior presença das mulheres a exigirem que as coisas avancem” e a “exigir mais presença das mulheres.”

Contudo, a própria noção de sistema de quotas tem vindo a ser controversa. Homens e também mulheres argumentam que o que conta é o mérito e não o sexo.

Paradoxalmente, ao homem, basta ser homem. Já a mulher...

“Quando se fala em mulheres, fala-se logo em meritocracia. É só para mulheres. Aos homens não se exige, mas quando se fala delas, tem de ser por mérito, por competência”, critica Carla Carvalho.

As duas entrevistadas apoiam a imposição de quotas.

Aliás, nos últimos anos, muitas mulheres que antes se posicionavam contra as quotas, mudaram a sua opinião, por terem concluído a sua efectiva necessidade.

Hoje concordam que se “não houver um mecanismo - e neste momento já nem falamos só de quotas, mas da paridade - se não houver uma lei da paridade, dificilmente aumentaremos a percentagem de mulheres no parlamento. Porque o aumento está a ser muito lento”, observa Filomena Delgado.

Assim, paralelamente a uma mudança de mentalidade que leve os homens a partilhar as responsabilidades do espaço privado, desiniba as mulheres na sua exposição pública, e faça olhar com naturalidade a participação da mulher na política, é necessário mecanismos direccionados e concretos.



“O trabalho que se está a fazer neste momento, com a Rede das Mulheres Parlamentares, o ICIEG, as organizações de Mulheres nos partidos políticos, e outras organizações da sociedade civil, é para que em 2019 se tenha uma lei da paridade. Assim, nas próximas eleições já haveria uma lei da paridade. Mas é um trabalho que se terá de fazer”, diz a presidente da Associação das Mulheres Democratas.

Texto originalmente publicado na edição impressa do Expresso das Ilhas nº 800 de 29 de Março de 2017.

Concorda? Discorda? Dê-nos a sua opinião. [Comente](#) ou partilhe este artigo.

Autoria: [SARA ALMEIDA](#), 2 abr 2017 6:02

Editado por NUNO ANDRADE FERREIRA em 3 abr 2017 14:52

<https://expressodasilhas.cv/politica/2017/04/02/mulheres-na-politica-irrompendo-num-mundo-de-homens/52658>